

MORFOSSINTAXE DOS ANTROPÔNIMOS

Nos capítulos anteriores, vimos que a categoria dos nomes próprios é formada por um conjunto heterogêneo de unidades, do qual fazem parte os diversos tipos de nomes próprios de pessoas, de lugares, etc. Ao longo deste capítulo, serão apresentadas as características morfossintáticas dos antropônimos no português brasileiro. Em determinados momentos, serão feitas comparações com outros nomes próprios ou mesmo com nomes comuns, para facilitar a observação das peculiaridades dos nomes próprios de pessoa. Inicialmente, são destacados aspectos morfológicos. Em seguida, são tratadas as questões sintáticas que contribuem para caracterizar os antropônimos.

4.1 ASPECTOS MORFOLÓGICOS

Em português, bem como em muitas outras línguas, não é possível diferenciar os nomes comuns dos nomes próprios por meio de marcas morfológicas. Assim, qualquer palavra ou sequência de palavras pode vir a ser um nome próprio. Os limites para esta possibilidade, conforme destaca Fernández Leborans (1999, p. 83), são pautados por convenções socioculturais e não propriamente pela gramática da língua (cf. também Bajo Pérez (2002, p. 45)). São questões socioculturais que fazem com que, por exemplo, formas como *rosa* e *margarida*

sejam comumente transcategorizadas como antropônimos, *Rosa* e *Margarida*, mas isso não ocorre com formas como *crisântemo* e *girassol*. Enquanto os dois primeiros nomes comuns são femininos, os dois últimos são masculinos. Por uma questão cultural, no Brasil, aos homens não são atribuídos nomes de flores como prenomes oficiais, mas às mulheres sim, a elas podem ser atribuídos nomes de flores, como é o caso dos exemplos citados.

Com efeito, é possível encontrar nomes próprios que se originaram em substantivos (*Recife*), adjetivos (*Bonito*), verbos (*Veja*), interjeição (*Oi*), ou mesmo sentenças, que são mais comuns em obras de arte (*Quem matou Pixote?*), mas também se encontram em nomes comerciais (*quem disse, berenice?*¹). Em se tratando de antropônimos, a restrição para a criação de novos nomes é limitada e se concentra mais em substantivos e adjetivos. Nas seções seguintes, serão discutidos aspectos relacionados ao uso de maiúsculas, ao gênero, ao número e aos processos de derivação morfológica dos nomes próprios.

4.1.1 A grafia

O emprego de letras maiúsculas talvez seja o aspecto formal mais lembrado quando se fala em nomes próprios. Qualquer gramática normativa inclui, entre as regras de uso de maiúsculas, a das iniciais dos nomes próprios. Embora possa existir alguma marca ou obra, que, em casos excepcionais, pela vontade do seu criador ou autor, seja grafada com minúscula, todos os antropônimos são escritos com maiúsculas: *Antônio Carlos, Chiquinho, Zé Pereira*, etc.

Entretanto, se é certo que os nomes próprios são escritos com maiúsculas, não é possível dizer que as maiúsculas sejam exclusivas dessa categoria de nomes, fato que não serve, portanto, para distinguir os nomes próprios do nome comum. Também são escritas em maiúsculas as primeiras letras das palavras que iniciam frases (e, em muitos casos, os versos de um texto poético); os nomes de altos conceitos ou cargos, como *Estado, Nação, Presidente da República, Ministro da Educação*, etc., além de outros casos previstos pelas gramáticas normativas. Ademais, se a regra da maiúscula inicial serve para identificar um nome próprio em línguas como o português, o francês, o espanhol, entre outras, há línguas, como o alemão, em que todos os substantivos são escritos com maiúsculas e outras, como muitas línguas indígenas brasileiras, que não contam com uma variedade escrita. Em todo caso, como recorda Fernández Leborans (1999, p. 52), convém ressaltar a tendência observada, em muitas línguas, de destacar o nome próprio por meio de algum procedimento gráfico, o que constituiria uma prova

¹ Nome de empresa de produtos de beleza. A própria empresa grifa seu nome com minúscula.

da consciência linguística por parte dos falantes da especificidade gramatical dessa categoria de nomes.

Se a gramática tradicional estabelece que altos cargos se escrevem com maiúsculas, é preciso esclarecer que esse fato não torna os nomes dos cargos nomes próprios. Desse modo, em contextos com o verbo *chamar-se*, que permite identificar claramente o antropônimo *Antônio Carlos* em (1) e (2), não é possível que se coloque o nome de um cargo, como em (3).

(1) O Presidente da República se chama *Antônio Carlos*.

(2) Eu me chamo *Antônio Carlos*.

(3) * Eu me chamo *Presidente da República*.

Pelo exposto acima, nomes como *presidente*, *governador*, *secretário de estado*, *papa*, *cardeal*, *rei*, *duque*, etc., designam cargos, dignidades ou postos, mas não são antropônimos, pois são nomes descritivos que não cumprem as características definitórias expostas no capítulo 2. Por outro lado, nomes originados de antropônimos, mas que passaram a fazer parte do léxico comum, são escritos com minúsculas: *amélia*, *donjuán*, *quixote*, *maria*, etc., conforme será discutido no capítulo 7.

Outra questão gráfica importante referente à escrita dos nomes próprios diz respeito à variação. Se, no caso dos topônimos, existe certa preocupação oficial com a grafia dos nomes de lugares², no caso dos antropônimos, a situação é menos regulamentada. Não existe, no Brasil, nenhuma entidade que atue com a finalidade de padronizar os nomes atribuídos aos brasileiros. Por esse motivo, as alterações gráficas que surgem a partir de uma forma já conhecida podem ser grandes. Um prenome como *Felipe* (do latim *Philippus* e este do grego Φίλιππος) pode ser alterado para *Fellipe*, *Felippe*, *Filipe*, *Felype*, entre outras formas.

No caso de nomes estrangeiros que se afastam de padrões gráficos do português, a variação pode ser maior, como acontece com *Wellington*, que deu origem a *Welington*, *Wuellyngton*, *Wuellington*, *Uélington*, *Huelinton*, entre outros prenomes, todas essas formas registradas na base de dados do IBGE. No quadro abaixo, podem-se ver exemplos de prenomes criados por

² Sobre o nome de municípios, conferir, por exemplo, o art. 9º da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.

alterações gráficas de dois prenomes muito comuns no Brasil, também de acordo com dados do IBGE.

Quadro 4.1 – Alterações gráficas a partir de dois prenomes da antroponímia brasileira

Prenomes mais comuns no Brasil	Exemplos de prenomes criados por alterações gráficas
<i>Maria</i>	<i>Marya, Mariah, Marhia, Mariha, Maryah</i>
José	<i>Jhosé, Joser, Joseh, Jozé, Jozer</i>

Fonte: IBGE (INSTITUTO, 2017).

Conforme defendido nesta obra, nos casos de alterações gráficas, não se poderia falar estritamente em variante de um antropônimo existente. Considerando que cada antropônimo atribuído a um indivíduo cria uma relação entre um nome e o seu portador, a cada ato de nomeação haveria um antropônimo novo que pode ou não ter o mesmo aspecto gráfico. Dessa forma, se duas mulheres se chamam *Maria*, há duas relações de nomeação e dois antropônimos, embora sejam idênticos em sua forma. Se uma se chama *Maria* e outra *Marya*, também se trata de duas relações de nomeação diferentes e dois antropônimos de grafia distinta (cf. capítulo 5).

Embora haja notícias de variações gráficas em nomes registrados nas décadas de 1910 e 1920 na Genealogia Paranaense de Francisco Negrão (GUÉRIOS, 1981, p. 29), pesquisas recentes atestam o uso de consoantes duplas, *y* e *k* a partir de 1980 até 2000 (GRESPLAN, 2012; VESCOVI, 2015), o que indica tratar-se de um modismo recente na antroponímia brasileira cuja motivação pode estar relacionada ao desejo dos pais de atribuir aos filhos um nome único, singular ou, ainda, a preferência por formas que lembrem a grafia da língua inglesa, o que daria um certo prestígio linguístico aos nomes, tendo em vista os valores positivos que são atribuídos a esse idioma.

4.1.2 O gênero gramatical

Embora não haja uma restrição da língua para a formação de nomes próprios masculinos ou femininos, a tendência é que sigam as regras dos nomes comuns. Assim, no caso de prenomes, não é raro encontrar em português a oposição masculino/feminino, como *Fernando/Fernanda*; *Paulo/Paula*; *Francisco/Francisca*. Nesses casos, segue-se a norma de emprego do morfema de gênero masculino *-o* para nomes de homens e do morfema de gênero feminino *-a* para nomes de mulheres. Também se encontram os prenomes femininos

que, em oposição aos masculinos, são acrescidos de marca de gênero: *André/Andrea; Luís/Luísa*. Os hipocorísticos também seguem essa tendência: *Nando/Nanda, Chiquinho/Chiquinha*.

Entretanto, há uma série de nomes que não seguem o padrão acima. Em primeiro lugar, destacam-se aqueles que não encontram correspondência com outro gênero. Assim, há prenomes que são reconhecidamente masculinos, como *Anderson* e *Artur*, e outros reconhecidamente femininos, como *Beatriz* e *Ester*. Ademais, há outros nomes que são atribuídos a indivíduos de ambos os sexos, como *Adair* e *Ariel*. O Quadro 4.2 apresenta uma série de exemplos que se enquadram na classificação acima. Observe-se que, no caso de acréscimo de marcas de gênero feminino, além de *-a*, encontra-se também *-e*, como *Daniela* e *Daniele*.

Quadro 4.2 – Exemplificação de prenomes do português brasileiro conforme atribuição a pessoas de sexo masculino ou feminino e marcas de gênero gramatical

Prenomes atribuídos a pessoas do sexo masculino ou feminino		Prenomes atribuídos a pessoas do sexo masculino	Prenomes atribuídos a pessoas do sexo feminino	Prenomes atribuídos a pessoas do sexo masculino e do sexo feminino
Formas com alternância de marca de gênero	Formas com acréscimo de marca de gênero feminino	Formas sem marca específica de gênero gramatical	Formas sem marca específica de gênero gramatical	Formas sem marca específica de gênero gramatical
Adriano/Adriana	André/Andrea(-ia)	Anderson	Beatriz	Adair
Alexandre/Alexandra	Daniel/Daniela(-e)	Artur	Ester	Ariel
André/Andréa	Emanuel/Emanuela(-e)	Gustavo	Isadora	Darci
Antônio/Antônia	Gabriel/Gabriela(-e)	Lucas	Jéssica	Dominique
Bruno/Bruna	Luís/Luísa(-e)	Mateus	Larissa	Francis
Fernando/Fernanda	Manuel/Manuela(-e)	Oscar	Matilde	Iraci
Francisco/Francisca	Micael/Micaela(-e)	Pedro	Rebeca	Juraci
Marcelo/Marcela	Rafael/Rafaela(-e)	Rodrigo	Sofia	Valdeci
Paulo/Paula	Valentim/Valentina(-e)	Tiago	Taís	Valdenir
Sílvio/Sílvia	Vanderlei/Vanderlea(-ia)	Vinícius	Vanessa	Vanderci

Com relação aos casos da segunda coluna do Quadro 4.2, outras alternâncias também são encontradas na língua, como *Henrique/Henriqueta, José/Josefa*,

etc. Além disso, observa-se que, ainda na segunda coluna, muitos exemplos são de nomes masculinos que terminam em *-l* e a versão feminina recebe a marca de gênero *-a*. Porém, há nomes que oferecem certa resistência, de caráter não linguístico, a essa produtividade, como é o caso de *Ezequiel/Ezequiela* ou *Natanael/Natanela*. Apesar de haver pessoas com os nomes de *Ezequiela* e *Natanaela*, estes antropônimos não são frequentes na antroponímia brasileira.

No caso dos hipocorísticos, é comum encontrar formas usadas para indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino. Assim, *Dani* pode ser usado como hipocorístico de *Daniel* ou *Daniela*; *Duda* pode aplicar-se a *Eduardo* ou *Eduarda*; *Lu*, a *Luciano* ou a *Luciana*. Para saber o gênero de qualquer hipocorístico como esses, é necessário recorrer ao contexto linguístico ou social (BAJO PÉREZ, 2002, p. 42).

As relações expostas acima entre gênero gramatical e atribuição a indivíduos do sexo masculino ou feminino são mais perceptíveis quando se trata do nome civil. Obviamente, para nomes artísticos ou pseudônimos, por exemplo, a situação pode ser diferente. No caso destes últimos, pode-se verificar uma relação oposta, já que o pseudônimo serve para ocultar uma identidade e é possível encontrar nomes femininos escolhidos por indivíduos do sexo feminino ou o contrário. Em se tratando de nome social, pode-se ter uma escolha de um nome que justamente não possua marca de gênero, como *Ariel*.

4.1.3 O número gramatical

Os antropônimos seguem, em geral, as regras morfológicas dos nomes comuns no que se refere à formação de plural. Assim, um prenome como *Vanessa*, terminado em *-a*, tem o plural com *-s* (*Vanessas*), *Beatriz* tem o plural com *-es* (*Beatrizes*) e *Daniel* possui o plural em *-is* (*Daniéis*). No caso dos sobrenomes, embora pareça haver certa resistência de nomes em plural para muitos casos (*Galvão/Galvões*; *Belém/Beléns*), também é possível obter formas com as marcas de plural. Com efeito, de acordo com Bechara (2015), os nomes próprios usados no plural devem obedecer às normas dos nomes comuns e a recomendação é que sejam grafados no plural e não no singular³. Entretanto, a situação do plural dos antropônimos (e dos nomes próprios em geral) é muito mais complexa, pois envolve não só questões morfológicas, mas também sintáticas e semânticas.

³ De acordo com o mesmo gramático, não é raro o uso do nome próprio na forma singular (acompanhado de determinante plural) na língua literária (*os Correia de Sá*) (BECHARA, 2015, p. 125).

Quando nos deparamos com um nome em plural com potencial para ser classificado como nome próprio, é possível que se esteja, de fato, diante de um nome próprio ou diante de um nome que tenha perdido parte ou todas as características de um nome próprio. Assim, ao observar o sintagma *umas Amélias*, não se pode dizer, *a priori*, se se está ou não diante de um nome próprio. Certamente, se, em um texto, se lê o sintagma em minúscula, *umas amélias*, a tendência será interpretar o sintagma como um caso de recategorização, em que *amélia* apresenta o significado dicionarizado relacionado a ‘mulher dedicada e submissa’. Se não for esse o caso, poderá tratar-se de uma referência específica a um grupo de duas ou mais mulheres chamadas de nome *Amélia* ou de uma referência não específica ou genérica, de caráter metafórico ou não.

Bajo Pérez (2002, p. 76) adverte que a mudança do número gramatical do nome comum não resulta em sua recategorização como nome próprio, já que o nome comum não tem a possibilidade de passar a próprio ao ser alterado o número. Conforme recorda a autora, a recategorização do nome próprio em comum pode estar relacionada com o número gramatical (*Há muitos Nelson Rodrigues nesta sala*), ao passo que o contrário não se observa, ou seja, a recategorização do nome comum em nome próprio (*latino* > *Latino*, nome artístico do cantor Roberto de Souza Rocha) tem a ver com a determinação, com os usos metalinguísticos, etc.

Em um artigo clássico de Eugenio Coseriu (1921-2002) sobre o plural dos nomes próprios, o autor defende que, embora haja nomes próprios unívocos e que outros possam ser multívocos, não são nomes de classe, pois dois nomes *Juan* aplicados a indivíduos diferentes têm em comum somente a parte física e não a parte significativa, ou seja, não são duas ocorrências de uma mesma palavra, não havendo uma representação única (COSERIU, 1967, p. 268). Ainda de acordo com o autor, um nome próprio pode se aplicar a uma pluralidade de objetos, mas essa pluralidade se constitui desde o ponto de vista dos objetos e não da designação – ao ser nomeada por um nome próprio (como é o caso de *Estados Unidos*), a pluralidade se torna um indivíduo (COSERIU, 1967, p. 280).

Gary-Prieur (2001) explora a questão mais a fundo, objetivando descrever os principais tipos de objetos plurais que podem ser construídos a partir de um nome próprio. Além do plural lexical (*as Maldivas*), a autora trata: a) do plural denominativo, que apenas indica a reiteração de atos de denominação fundados sobre a mesma forma (*Há quatro Sócrates no anuário de Paris*); b) do plural discursivo, que permite representar seja a multiplicidade interna do indivíduo (*os mil e um Cézanne*), seja um grupo constituído de entidades em relação a um

indivíduo por metáfora (*todos os Hitler futuros*) ou por metonímia (*os Picasso do Louvre*). No que se refere ao sobrenome, a autora destaca a diversidade de interpretações como⁴:

- a) os Bourbons \cong a família Bourbon como totalidade singular (ou “grupo”);
- b) os Boulivet \cong Boulivet + sua esposa (e seus filhos);
- c) os Cohen \cong os irmãos Cohen (Gary-Prieur, 2001, p. 46)⁵;

De acordo com a autora, em (a) tem-se um plural lexical e a construção de um grupo como indivíduo coletivo. As entidades de (b) e (c) não são indivíduos coletivos, mas a simples adição de vários indivíduos. Estas estariam baseadas em uma construção sintática, e não lexical, do plural.

Como pode ser observado, embora o nome próprio em forma plural seja associado geralmente a um nome comum, é preciso observar com cuidado aspectos relativos à referência, para que se possa decidir se se está diante de um nome com as características de um nome próprio. Nesse sentido, assume-se a mesma postura adotada por Bajo Pérez (2002), para quem o simples fato de o nome próprio estar no plural não significa que seja categorizado como nome comum. Nas palavras da autora:

[...] o nome próprio não é um nome único, mas um nome que pode ser atribuído a um, a vários ou a muitos, mas não a todos os membros, não de uma só classe mas de qualquer classe; e, conseqüentemente, na hora de analisar o número do nome próprio, não pressuporemos que qualquer nome próprio, pelo simples fato de estar em plural, esteja recategorizado como comum, mas que, pelo contrário, defenderemos que o que é necessário demonstrar toda vez que um nome próprio aparece no plural é que deixou de ser nome próprio (BAJO PÉREZ, 2002, p. 61)⁶.

⁴ Esta e as demais traduções (quando não indicado o/a tradutor/a) foram realizadas pelos autores.

⁵ No original:

- a) les Bourbons \cong la famille Bourbon comme totalité singulière (ou ‘groupe’)
- b) les Boulivet \cong Boulivet + sa femme (et ses enfants)
- c) les Cohen \cong les frères Cohen

⁶ No original:

[...] el nombre propio no es un nombre único, sino un nombre que puede darse a uno, a varios o a muchos, pero no a todos los miembros, no de una clase sino de cualquier clase; y, consiguientemente, a la hora de analizar el número en el nombre propio, no presupondremos que cualquier nombre propio, por el mero hecho de ir en plural, esté recategorizado como común, sino que, por el contrario, defenderemos que lo que hay que demostrar cada vez que un nombre propio aparezca en plural es que ha dejado de ser nombre propio.

Amaral (2010) analisa várias ocorrências de antropônimos em contextos de plural, observando, principalmente, a referência do sintagma antroponímico. Nos exemplos a seguir, citados pelo autor e extraídos do jornal *Folha de S.Paulo*, pode-se observar a presença ou não de marcas de plural. É possível verificar que os antropônimos citados exibem marcas de plural como os nomes comuns.

Em (4), os indivíduos portadores do nome próprio podem ser individualizados, ou seja, identificados pelas informações contextuais (ou cotextuais). Nesse caso, *os Jonas* refere-se aos irmãos Nick Jonas, Joe Jonas e Kevin Jonas, integrantes da banda Jonas Brothers⁷.

(4) Em apresentação ontem no estádio do Morumbi, para 45 mil pessoas, **os Jonas** fizeram tudo igualzinho ao DVD.

[...]

Apresentando-se pela segunda vez no Brasil (o show no Rio foi no sábado), os irmãos Nick, 17, Joe, 19, e Kevin Jonas, 21, fizeram uma apresentação correta e animada, mas idêntica à da noite anterior e à de outros shows na América do Sul (FELITTI, 2009).

No exemplo (5), por outro lado, o antropônimo está introduzido por artigo definido, mas não é possível identificar os membros portadores do nome. Nesse caso, a referência do SN antroponímico corresponde à família, como a interpretação (a) acima comentada por Gary-Prieur (2001):

(5) “Os barões do tempo da escravidão passaram a coronéis, o preconceito foi amansando, mas um ranço racista continuou existindo”, diz o historiador Luizito Pereira, 64.

Amigo e biógrafo de Ataulfo, Pereira é integrante da família mais tradicional de Mirai, **os Alves Pereira**, em cuja fazenda Cachoeira o sambista nasceu e trabalhou – o seu Alves veio da rica família (VIANNA, 2009a).

Ao contrário do que acontece em outras línguas, em português, encontram-se ocorrências de sobrenome com marca de plural, como é o caso de (6) e (7), o que corrobora a necessidade de que o estudo das características de número do antropônimo também considere a diversidade tipológica dos antropônimos.

⁷ Se se interpreta *os Jonas* como referência ao nome do grupo musical, não se tem mais um caso de antropônimo.

(6) Os principais executivos da Globo passaram as últimas quinta e sexta confinados em uma fazenda no interior de Minas Gerais, pertencente a um **dos Marinhos**. Foram discutir o futuro dos negócios das Organizações Globo (CASTRO, 2009).

(7) A ação do “Simplicissimus” está situada na Guerra dos 30 Anos (1618-1648), na qual se jogava a limitação do poder **dos Habsburgos**, o destino do Sacro Império e o ajuste dos interesses dos senhorios alemães à sorte da luta entre católicos, luteranos e calvinistas (PÉCORA, 2009).

Nos exemplos acima, os antropônimos estão precedidos de artigo definido plural. Mas é possível encontrá-los com demonstrativos (*estas Adrianas*), possessivos (*meus Pedros*), numerais (*dois Andrés*), artigos indefinidos (*uns Franciscos*), bem como qualquer outro elemento que anteceda o nome na língua. Na seção 4.2 deste capítulo, serão discutidas as diferentes construções com antropônimos.

4.1.4 A derivação morfológica

4.1.4.1 De um tipo de antropônimo a outro

O acréscimo de sufixos a antropônimos é muito frequente para a criação de hipocorísticos. Os sufixos de diminutivo, como *-inho/a*, e de aumentativo, como *-ão* parecem ser os mais usuais. Os exemplos (8) a (11) mostram prenomes que, por processo de sufixação, dão origem a hipocorísticos. Também pode acontecer que os próprios hipocorísticos recebam um sufixo e sejam criados novos hipocorísticos, como mostram os exemplos de (12) a (15).

(8) Luis > Luisinho, Luisão.

(9) Carlos > Carlinhos, Carlão.

(10) Sandra > Sandrinha, Sandrão.

(11) Silvana > Vaninha.

(12) Francisco > Chico > Chiquinho.

(13) Roberto > Beto > Betinho.

(14) Fernanda > Nanda > Nandinha.

(15) Isabel > Bel > Belzinha.

A antroponímia brasileira também registra prenomes que, tendo sido derivados por sufixação de outros, já se constituem como prenomes na língua. É o que acontece com *Carlota* (< *Carla*), *Marieta* (< *Maria*), *Terezinha* (< *Tereza*), *Ernestino* (< *Ernesto*).

No Brasil, não é comum que a pessoa seja tratada pelo sobrenome, salvo em situações pragmáticas específicas (autores acadêmicos, por exemplo) ou por interesse do próprio portador do nome. Isso explica a menor formação de hipocorísticos com base em sobrenomes. Em todo caso, é possível que aos sobrenomes sejam acrescentados sufixos, tal como acontecem em *Liminha* (< *Lima*), *Costinha* (< *Costa*). Os agnomes *Júnior* e *Neto* aceitam facilmente o morfema diminutivo, produzindo *Juninho* e *Netinho*; por outro lado, *Sobrinho* e *Filho* já rejeitam esse processo.

Com relação ao valor dos sufixos anteriores, é possível que sejam atribuídos com o valor nocional de grandeza. Assim, é possível que *-inho* faça parte de um hipocorístico de uma criança ou de alguém de baixa estatura e *-ão* de hipocorísticos de indivíduos de maior porte físico, embora nunca de maior idade (BAJO PÉREZ, 2002, p. 88). Obviamente, um hipocorístico com sufixo diminutivo de uma criança pode se fixar e ser usado quando esta esteja adulta. É o caso do produtor musical Arnolpho Lima Filho, conhecido profissionalmente pelo seu hipocorístico *Liminha*. Outros valores geralmente atribuídos aos sufixos também podem ser empregados em construções de formação de hipocorísticos. Desse modo, uma intenção carinhosa, ou afetiva, ou irônica, ou pejorativa, etc., pode levar o falante a criar um hipocorístico com algum sufixo. Dos exemplos de (10), é mais provável que *Sandrinha* seja uma forma empregada em situação carinhosa ou afetiva e *Sandrão* em uma situação irônica ou pejorativa.

Outros processos morfológicos também podem ser observados na análise dos antropônimos. Há casos de acronímia, ou seja, formação pelas letras ou sílabas de outros nomes. Enquanto nos exemplos (16) a (18), observa-se a junção de partes dos nomes de outros (o comum é que sejam dos genitores) para a formação do antropônimo novo, nos exemplos (19) a (21) há a ocorrência da abreviação, pela qual uma ou mais sílabas do nome é suprimida, podendo haver mudança gráfica, como é o caso do hipocorístico *Zé* grafado com “z” e não com o “s” do nome original.

(16) Jucimara – filha de **Jucimar** e Lucimara.

(17) Lealdo – filho de **Lea** + **Geraldo**.

- (18) Juldrene – filha de **Julmar** e **Pedro** (G1 Grande Minas, 2013).
- (19) **José** – Zé.
- (20) **Teresa** – Tere.
- (21) **Aparecida** – Cida.

Uma característica que o antropônimo compartilha com o nome comum é a possibilidade de poder ser formado por justaposição ou por aglutinação: *beija-flor* e *Ana Maria* são nomes compostos por justaposição; *aguardente* e *Mariana* por aglutinação. Ademais, registra-se o fato de que, na antroponímia brasileira, encontram-se também casos de inversão de letras para a formação de novos antropônimos, isto é, da leitura de trás para frente. Exemplos conhecidos dos autores desta obra são *Odlanier*, formado a partir de *Reinaldo*, e *Airam*, formado a partir de *Maria* ao contrário. Em processo semelhante, destacam-se os nomes chamados de palíndromos, ou seja, aqueles que apresentam a mesma composição independentemente da ordem das letras em que são lidos (da esquerda para a direita ou da direita para a esquerda): *Ana*, *Natan*, *Renner*.

4.1.4.2 De antropônimo a nome comum

Os antropônimos podem receber afixos para a formação de palavras de outra classe, o que se enquadra no objeto de estudo da Deonomástica, tal como pesquisada por Schweickard (1992) e outros autores. Em se tratando de antropônimos, fala-se em *deantroponímicos* e geralmente busca-se observar a formação e produtividade dos elementos afixais que se unem aos nomes de pessoa para a formação de substantivos, adjetivos e até mesmo verbos. Boulanger e Cormier (2001) afirmam que a palavra criada pelo processo de afixação adquire o estatuto de parte do discurso, como substantivo, adjetivo, etc., o que lhe confere automática e obrigatoriamente um significado. Por esse motivo, esses nomes serão tratados com mais detalhe no capítulo 7.

Cumprido informar que a descrição desta seção se limitou às características funcionais dos antropônimos, não tendo sido feito exame aprofundado das mudanças de registro ou de afetividade decorrentes do uso e também não foram feitas análises que considerassem o significado etimológico ou a língua de origem dos nomes. Assim, *Pedrinho* foi citado para mostrar que os nomes próprios aceitam ser flexionados no grau diminutivo e nada foi dito sobre a afetividade que implica seu uso, nem ao fato de nomes no diminutivo serem utilizados em registros informais, entre amigos. *Tati* é um nome citado para

mostrar que os nomes próprios podem ser abreviados. Não se comentou que o nome *Tatiane* remonta ao diminutivo do nome russo *Tânia*. Por fim, se a etimologia tivesse sido considerada, teria sido necessário dizer que *pedra* e *Pedro* apresentam o mesmo étimo. Entretanto, sabemos que o usuário comum da língua desconhece informações etimológicas e emprega os antropônimos independentemente desse conhecimento. Para o conhecimento do étimo dos nomes, remetemos o leitor a obras etimológicas de nomes próprios como a de Faure (2002) e a de Guérios (1981).

4.2 ASPECTOS SINTÁTICOS

A referência a um ser determinado, além de poder ser feita por meio de sintagmas nominais definidos (*minha mãe*), pode ser realizada tanto por pronomes pessoais, quanto por nomes próprios. Contudo, a ligação entre um pronome pessoal e aquilo a que se refere só se dá no nível do uso linguístico, diferentemente dos nomes próprios, cuja ligação ao referente ocorre no nível da convenção linguística ou do extralinguístico. Essa distinção mostra a inconveniência e impertinência de incluir ambos numa mesma categoria (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 35-36). A aproximação entre pronomes pessoais e nomes próprios, que encontra adeptos no âmbito da filosofia da linguagem (cf. capítulo 5), não se sustenta em uma análise linguística descritiva. Além disso, segundo Coseriu, a afirmação de que os nomes próprios fazem parte da categoria dos pronomes desconsidera uma diferença básica entre estas classes de palavras: enquanto os pronomes são sempre abstratos, os nomes próprios são sempre concretos (COSERIU, 1967, p. 206).

A classe de palavras do substantivo pode ser definida pelas funções sintáticas e pelas características morfológicas que apresenta. Na língua portuguesa, o substantivo atua como núcleo de sintagmas nominais, podendo ser precedido por determinantes (artigo, demonstrativo, etc.) e podendo ser ladeado, à esquerda e à direita, por adjetivo. A comparação, do ponto de vista sintático, de um substantivo com um antropônimo permite observar que ambos podem atuar como núcleo de sintagma nominal, conforme evidenciam as sentenças (19a) e (19b), nas quais o substantivo comum e o antropônimo apresentam função de núcleo do sujeito, e as frases (20a) e (20b), nas quais apresentam função de núcleo do objeto.

(19a) (O) / Meu / Aquele **menino** comprou dois cachorros.

(19b) (O) **Pedro** comprou dois cachorros.

(20a) Ele viu (o) / meu / aquele **menino**.

(20b) Ele viu (o) **Pedro**.

Não obstante essas semelhanças, o emprego de outros elementos antecedendo o antropônimo pode acarretar mudanças na interpretação da sentença e mesmo favorecer uma leitura de alteração de classe. Na sentença (21), dizer *um Pedro* pode pressupor que há várias pessoas chamadas *Pedro* e uma delas é aquela a que o falante faz referência. A situação é a mesma quando o determinante é um possessivo ou um demonstrativo: *meu Pedro* e *aquele Pedro* também podem levar à mesma operação de seleção de um membro de um mesmo grupo, aquele com indivíduos que têm o mesmo nome próprio.

(21) Ele viu **um** / **meu** / **aquele** / **Pedro**.

A questão acima é bem complexa, pois, além de envolver a seleção de determinantes, também implica observar outros elementos do sintagma em que se encontra o nome próprio além do próprio tipo de antropônimo. A seguir, será discutido o comportamento sintático dos antropônimos, observando-se os elementos que podem compor o sintagma nominal em que ele ocorre⁸. Tal constituinte sintático será chamado de *sintagma antroponímico*.

4.2.1 Antropônimos sem determinante

O antropônimo, nas construções chamadas de *denominativas*, ocorre sem determinante ou complementos. Trata-se de uma função considerada não referencial, ou, nos termos de Jonasson (1994, p. 69), aquela em que o nome próprio expressa o laço denominativo existente entre o nome e uma entidade particular (cf. também Lyons, 1977). Nesse caso, o sintagma antroponímico é formado exclusivamente por um nome próprio, conforme se observa nos exemplos de (22) a (25), em que se têm construções como: *chamar-se X*, *ser chamado de X*, *ter o nome (o apelido, sobrenome, etc.) de X*, *ser registrado/a como X*, onde X equivale a um antropônimo.

(22) Meu pai se chama **Alfredo**.

(23) A garota é chamada de **Rosinha**.

⁸ Uma ampla discussão sobre o tema pode ser encontrada em Fernández Leborans (1999) e em Gary-Prieur (1994; 2001).

(24) O aluno tem o nome (apelido, sobrenome, etc.) de **Francisco**.

(25) Fui registrada como **Natália**.

Nos exemplos acima, informa-se qual é o antropônimo de um indivíduo e não há como incluir, mantendo-se a função denominativa, determinante ou complemento, tal como exemplificado em (26a) e (26b):

(26a) *Meu pai se chama **o/este/um Alfredo**.

(26b) *Meu pai se chama **Alfredo trabalhador/de Cuiabá/que mora longe**.

No caso do vocativo, outra função do nome próprio de acordo com Lyons (1977), esse elemento ocorre geralmente sem determinante. Em (27) e (28), têm-se exemplos em que se empregam antropônimos para invocar um indivíduo. Entretanto, nos exemplos (29) e (30), observam-se exemplos de vocativos acompanhados por possessivo e adjetivo. Essas construções se encontram em situações pragmáticas particulares, seja de intimidade, como em (29), seja de formalidade, como (30).

(27) **Alberto**, venha aqui!

(28) **Ju**, me ligue mais tarde.

(29) **Meu Dudu**, venha cá.

(30) **Prezado José Alberto**, bom dia.

Com relação à posposição de elementos, o antropônimo não aceita complementos de valor restritivo, seja adjetivo (31a), seja oração relativa (32a). Para que o antropônimo mantenha seu caráter referencial e sua independência sintagmática, os adjetivos devem ser não restritivos (31b) e as orações adjetivas devem ser explicativas (32b). Do mesmo modo, um aposto seria possível porque não constitui parte do sintagma antroponímico (33).

(31a) * Luciana *cansada* deitou-se no sofá.

(31b) Luciana, *cansada*, deitou-se no sofá.

(32a) * Fábio *que estuda muito* vai ser aprovado.

(32b) Fábio, *que estuda muito*, vai ser aprovado.

(33) Ontem me encontrei com Mariana, *a esposa de João*.

Em casos como *Joana, a Louca; Iván, o Terrível; Alexandre, o Grande*, têm-se duas possibilidades: ou se considera o segundo elemento como um epíteto, sintaticamente independente do antropônimo, ou, o que seria menos comum, mas defendido por Fernández Leborans (1999, p. 105) para a língua espanhola, esses seriam exemplos de caráter unitário da construção, formada e consagrada culturalmente. Se adotada a segunda posição, estaríamos diante de uma configuração peculiar de um nome próprio, só observada para pessoas notórias e que receberam alguma característica que marcaram sua existência (*ser louco, terrível*, etc.).

Ainda com relação aos usos sem artigo, o antropônimo pode aparecer em construções predicativas, nas quais não funciona como argumento sintático, não é uma expressão referencial. Trata-se de uma forma para apresentar o nome próprio de um indivíduo, construção que se assemelha a outras denominativas. Em (34), simplesmente se informa o nome civil do jogador conhecido como Pelé e a sentença é parafraseável a *Pelé se chama Edson Arantes do Nascimento*. Em (34a), a inversão dos elementos entre o verbo de cópula favorece a presença do artigo definido, construção comum na antroponímia brasileira, tal como será discutido na seção 4.3 deste capítulo.

(34) Pelé é **Edson Arantes do Nascimento**.

(34a) Edson Arantes do Nascimento é (o) **Pelé**⁹.

4.2.2 As construções do tipo *o presidente Lula e a dona Maria*

Uma estrutura polêmica nos estudos linguísticos sobre os nomes próprios é a que apresenta um antropônimo posposto a um nome comum, ambos integrantes de um sintagma nominal com determinação definida. Em geral, trata-se de construções em que o nome comum designa profissão, cargo, etc., tal como exemplificado em (35) e (36)¹⁰:

⁹ Não se trata aqui da interpretação em que o portador do nome próprio *Edson Arantes do Nascimento* interpreta (em um filme, série, peça de teatro, etc.) o personagem nomeado pelo segundo nome.

¹⁰ Os exemplos (35) e (36) não se confundem com casos como *o estilo Camões, o governo*

(35) O presidente Lula.

(36) A escritora Clarice Lispector.

Gary-Prieur (1994, p. 84) considera que casos como *o presidente Pompidou* ou *o coronel Gaddafi*¹¹ constituem um uso não referencial do nome próprio, ou seja, não seria o nome próprio o responsável pelo ato de referência. Para a autora, exemplos como os anteriores estariam em uma etapa intermediária entre o emprego referencial do nome próprio e seu emprego atributivo. Na sentença *O presidente Pompidou está em visita oficial no Japão*¹², o nome próprio *Pompidou* não teria por função designar um indivíduo – como seria o caso de *Pompidou está em visita no Japão*¹³ – mas cumpriria um papel estritamente determinativo, como cumprem, respectivamente, *da República* e *francês* em *O presidente da República* e *O presidente francês*. Gary-Prieur sustenta, ainda, que o nome próprio não intervém na interpretação das estruturas anteriores pelo seu conteúdo (cf. capítulo 5), como ocorre nas construções atributivas. A linguista defende que a interpretação para *o presidente Pompidou* seria “o presidente que é o x_i chamado /Pompidou/”¹⁴ (p. 85). Em outras palavras, a intenção de quem enunciou a sentença seria a de fazer referência não à pessoa de Pompidou ela mesma, mas sim àquele que, naquele momento, ocupa o cargo de presidente, ou seja, Pompidou enquanto presidente, estando a carga semântica em *presidente*, surgindo daí a função predicativa deste uso.

Por outro lado, Noailly (1991) e Jonasson (1994) apresentam análises diferentes da anterior. Para Noailly (1991, p. 110), na estrutura *o promotor Molinier*¹⁵, os dois nomes, comum e próprio, parecem se equilibrar no que se refere à carga referencial e compartilhar a capacidade designativa. Para Jonasson (1994, p. 47), em construções como a anterior, a função do nome comum é indicar algo como o papel social do referente do nome próprio. A autora considera *o doutor*

Rui Costa, etc. Nestes, o nome próprio tem caráter descritivo, isto é, atua como um adjetivo qualificativo. Não se está falando de um indivíduo, mas de um estilo, governo, etc. que tem as propriedades vinculadas a uma pessoa. Como ressalta Fernández Leborans (1999, p. 110), requer conhecimentos pragmáticos ou enciclopédicos sobre o portador do nome próprio e, devido a esse caráter qualificativo, é possível inclusive ter construções com advérbios como *o estilo meio Madona*.

¹¹ No original: “le président Pompidou” e “le colonel Kadhafi”.

¹² No original: “Le président Pompidou est en visite officielle au Japon”.

¹³ No original: “Pompidou est en visite au Japon”.

¹⁴ No original: “le président qui est le x_i appelé /Pompidou/”.

¹⁵ No original: “le procureur Molinier”.

*Knock e o presidente Kennedy*¹⁶ como sendo a justaposição de duas expressões referenciais autônomas no interior de um mesmo SN. O nome comum e o nome próprio funcionariam ambos, de acordo com Jonasson, como núcleos de um SN complexo, nenhum deles sendo modificador ou complemento do outro. O nome próprio indicaria o *valeur* (ou referente) do elemento designado e o nome comum o classificaria indicando um papel social que ele assume (p. 48).

Uma crítica à visão anterior, já exposta por Fernández Leborans (1999, p. 108), teria como base a dificuldade criada para explicar como seria possível uma aposição de uma expressão referencial (o nome próprio) a outra expressão referencial (artigo + nome comum), se, no final das contas, só há um argumento e um só referente. Concordamos com a crítica, pois partimos do pressuposto de que o sintagma antroponímico remete a um único referente. A proposta de Gary-Prieur (1994) parece ser a que melhor explica a construção.

Ao analisar casos como esse em dados do espanhol, Amaral (2007) verifica que o papel semântico-discursivo dessa construção é, preferencialmente, introduzir o referente no discurso, isto é, a construção [art. + NC + *Antr*] serve como um instrumento ao usuário da língua para recordar ao seu interlocutor um ato de nomeação anterior ao discurso. A interpretação de uma construção como *O deputado José Maria Pereira* seria algo como *o deputado do que vou falar é o deputado que se chama José Maria Pereira*.

Outras restrições sintáticas surgem quando se observa o emprego de formas como *tia/tio*, *dona* e *seu*. É muito frequente que tais formas sejam antepostas a antropônimos, como mostram os exemplos (37-39):

(37) (a) tia Dulce.

(38) (a) dona Maria.

(39) (o) seu Francisco.

Entretanto, se o caso de (37) se assemelha às outras construções desta subseção, isso não se aplica a (38-39). Nesse sentido, se é possível simplificar o sintagma (37) usando-se apenas a designação de parentesco *tia*, como mostra (40), não se pode fazer a mesma simplificação a partir de (38-39), conforme se observa em (41) e (42):

¹⁶ No original: “*le docteur Knock*” e “*le président Kennedy*”.

- (40) A tia nos visitou no fim de semana.
 (41) *(A) dona nos visitou no fim de semana.
 (42) *(O) seu nos visitou no fim de semana.

A respeito das formas que antecedem o nome próprio, Biderman (1972-1973) inclui *seu* como uma das corruptelas de *senhor*, muito frequente no Brasil do século XX (e ainda hoje). De acordo com a autora:

O senhor coexiste com muitas corruptelas e variantes em Portugal (sinhôr, siôr, siô, sôr, sô, s'nhor, nhor), como no Brasil (sinhô, siô, nhôr, nhozinho, nhonhô, nhô, sô, seu). Algumas delas caracterizaram a fala dos negros no Brasil colonial. Antecedendo o nome próprio, ou de família, seu é altamente frequente e no Brasil moderno (Seu Antônio, Seu Correia). As variantes femininas correspondentes já se rarefazem hoje. [...] Para a mulher a forma respeitosa de tratar é usar dona antecedendo o nome: Dona Maria. Às vezes tal uso tem um sabor popularesco. Dom desapareceu da fala brasileira, sobrevivendo exclusivamente no tratamento dado aos bispos: Dom Aloísio (BIDERMAN, 1972-1973).

Apesar do exposto, acreditamos que a questão do emprego dessas unidades antepostas aos antropônimos, incluindo uma variação com relação aos nomes de parentesco, precisa ainda ser mais bem pesquisada.

4.2.3 Antropônimos com adjetivo

No que diz respeito às relações sintagmáticas que pode apresentar o nome próprio com o adjetivo, observa-se que, apenas para o nome comum, esta combinação é normal, como ilustram as sentenças (43) e (43a). Para os nomes próprios, contudo, é preciso que o adjetivo se torne substantivo, configuração que o transforma em epíteto (44) ou em um uso que, diacronicamente, deu origem a vários sobrenomes, conforme evidencia (45):

- (43) O menino branco nunca tinha visto um indígena.
 (43a) *Pedro branco nunca tinha visto um indígena.
 (44) Pedro, o branco, nunca tinha visto um indígena.
 (45) Pedro Branco nunca tinha visto um indígena.

4.2.4 Antropônimos com artigo definido

Em trabalhos sobre nomes próprios em outras línguas, como inglês ou espanhol, considera-se que a função referencial seja um dos usos típicos do nome

próprio sem determinante. Se é verdade que, nessas línguas, sentenças como (46) e (47) se constroem sem artigo (ou, como é o caso do espanhol, tendem a ser construídas sem artigo), isso não vale para o português, em que existe uma alternância entre a ausência ou presença do artigo antes do nome de pessoa, tal como mostram os exemplos (48) e (49).

(46) Ø **Ana** works in London.

(47) Ø **Ana** trabaja en Londres.

(48) (A) **Ana** trabalha em Londres.

(49) Eu sei que (o) **Pedro** não volta hoje.

Em todos os casos acima, a função referencial do nome próprio está presente, uma vez que não é possível que se faça outra interpretação dos exemplos. Isto ocorre independentemente do uso do artigo na língua portuguesa. Assim, se com um nome comum é possível ter uma interpretação genérica como em *O homem se alimenta mal* (o homem = todos os homens), com um antropônimo isso não é possível: *O Pedro se alimenta mal* só permite a interpretação como nome próprio de que há um indivíduo chamado *Pedro* e que este indivíduo se alimenta mal.

As construções predicativas, com verbo de cópula, permitem, por sua vez, a alternância entre ausência ou presença de artigo: *Esse rapaz parece (o) Manuel Bandeira*; *(o) Caetano não seria (o) Caetano se não tivesse interpretado aquela música*. Um caso particular é o que permite a interpretação metafórica, tal como discutido por Gary-Prieur (1994, p. 82). Em *Joãozinho é (o) Neymar*, ocorre uma busca de propriedades do referente inicial do nome próprio predicativo (neste caso, Neymar) para serem aplicadas ao referente do sujeito da frase (*Joãozinho*).

A possibilidade de variação entre ausência ou presença de artigo antes dos nomes de pessoa é um tema que vem despertando o interesse de pesquisadores brasileiros há vários anos. Por isso, dedica-se uma seção especial (4.3) deste capítulo para o tema, cujas pesquisas já mostram um avanço considerável na descrição do fenômeno.

O antropônimo, como elemento de caráter substantivo, pode ser precedido por outros determinantes. Nesse caso, alguns autores incluem o sintagma antroponímico no conjunto dos chamados *nomes próprios modificados*, pois, além da presença de outros elementos no constituinte, pode surgir uma noção de classe, que é típica do nome comum. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Quando o antropônimo é acompanhado por um complemento de valor restritivo, o artigo (ou outro determinante) deve ser empregado e obtém-se uma leitura contrastiva entre dois ou mais referentes. Note-se que, nos exemplos de (50) a (52), em que o antropônimo está seguido por adjetivo, sintagma preposicional e oração adjetiva, o artigo é imprescindível e a leitura sempre é de oposição de uma imagem (ou faceta) a outra do indivíduo. Mas outras interpretações também são possíveis, como uma denominativa (*O João que me atendeu é outro*) ou metafórica (*Este é o Camões dos nossos dias*).

(50) **O Luís infantil** não existe mais.

(51) **A Camila dos anos 1990** não é mais a mesma.

(52) **A Priscila que eu conheci** está muito diferente.

Em se tratando de artigo no plural, há ocorrências nas quais os indivíduos portadores do nome próprio podem ser individualizados, ou seja, identificados pelas informações contextuais (ou cotextuais), como em *As Marinhas já chegaram*, em uma situação em que o falante espera a chegada de duas ou mais pessoas com o nome *Marina*.

Deve-se levar em conta, no entanto, que a construção de antropônimo precedido por artigo plural também é utilizada para situações em que não é possível identificar os membros portadores do nome. Isso acontece, por exemplo, quando se fala dos membros de uma família: *Os Pereira viveram muitos anos nesta fazenda*. Ao contrário do que acontece em outras línguas, é possível que um sobrenome, nesse contexto, seja também pluralizado, tal como comentado anteriormente e exemplificado novamente em (53):

(53) Os principais executivos da Globo passaram as últimas quinta e sexta confinados em uma fazenda no interior de Minas Gerais, pertencente a um **dos Marinhos**. Foram discutir o futuro dos negócios das Organizações Globo (CASTRO, 2009).

Para identificar determinados membros de uma família, são utilizadas construções como: art. def. pl. + nome de parentesco + antropônimo. Os indivíduos portadores podem ser dois ou mais. Nos exemplos (54) e (55), *os irmãos Gallagher* refere-se a Liam Gallagher e Noel Gallagher, fundadores da banda Oasis, e *os irmãos Marx* refere-se aos comediantes Leonard Marx, Adolf Arthur

Marx, Julius Marx, Milton Marx e Herbert Marx, que fizeram sucesso na primeira metade do século XX.

(54) Durante todo o show do Oasis, uma bandeira inglesa aparecia na plateia. Era de Patrick Caniche, 23, que “ama” a banda e queria homenagear **os irmãos Gallagher** (FOLHA, No Oasis, 2009).

(55) Um compêndio de clássicos que se preze não poderia dispensar pelo menos um filme **dos irmãos Marx** – ainda que a palavra “clássico” não combine muito com o estilo anárquico dos humoristas (FOLHA, Coleção Folha, 2009).

Conforme aponta Amaral (2010, p. 80), é possível encontrar outros nomes de parentesco em construções como as anteriores, mas parece ser mais recorrente o uso de *irmão(s)/ã(s)* antes de nome próprio para a remissão a indivíduos portadores de mesmo antropônimo.

4.2.5 Antropônimos com artigo indefinido

Diferentemente do antropônimo precedido por artigo definido, que pode ou não manter boa parte dos traços de um nome próprio, quando precedido por artigo indefinido, o seu uso faz com que se percam as propriedades de nome próprio, tal como definidas no capítulo 2. Os casos de antropônimo com artigo indefinido ilustram claramente o chamado *nome próprio modificado*. Desconsiderando os problemas suscitados pelo termo *modificado*, como aponta Gary-Prieur (1994; 2001), o fato é que, seguindo a proposta de Fernández Leborans (1999, p. 115), pode-se dizer que a questão se coloca em termos de perspectivas lexical e sintática. Para esta autora, “o nome comum significa uma classe no léxico e na sintaxe, ao passo que o nome próprio só pode obter leitura de classe contextualmente, na sintaxe, sem deixar de ser categorialmente nome próprio”¹⁷. No capítulo 7, essa discussão é retomada e aprofundada.

Considerando os estudos que se dedicam às construções indefinidas (HASPELMATH, 1997), é possível encontrar a ocorrência do artigo indefinido precedendo nomes próprios em distintas interpretações, como:

¹⁷ No original: “el NC [nombre común] significa una clase en el léxico y en la sintaxis, mientras que el NP [nombre propio] sólo puede obtener lectura de clase contextualmente, en la sintaxis, sin dejar de ser categorialmente NP”.

a) Interpretação indefinida específica (referente conhecido)

(56) Já chegou **uma Alice**. Faltam as outras duas.

b) Interpretação indefinida específica (referente não conhecido)

(57) Encontraram **um** (tal de) **Paulo Marques** entre os escombros.

c) Interpretação não específica irreal

(58) Seria bom perguntar para **uma Jussara** se ela gosta do nome que tem.

d) Interpretação genérica

(59) **Uma Eija-Riitta** não deve ser brasileira.

A presença de um artigo indefinido diante de um antropônimo pode implicar uma interpretação metafórica, como (60) e (61), ou uma leitura relativa a uma faceta (ou aspecto) de um indivíduo, como (62) a (64). Nos três últimos casos, é necessário que o sintagma presente, após o nome, um elemento de caráter restritivo, que pode ser um adjetivo (62), uma oração adjetiva restritiva (63) ou um sintagma preposicionado (64).

(60) Paulo escreve tão bem que é possível dizer que estamos diante de **um Drummond**.

(61) Esse edifício só pode ser obra de **um Niemeyer**.

(62) Marcela esteve junto durante anos com **um Lucas muito trabalhador**. Agora ele está tão preguiçoso!

(63) Ela se casou com **um Paulo que não sabia cozinhar**. Hoje, o marido é praticamente um *chef*.

(64) E eis que me chega para a festa **uma Bárbara de vestido vermelho**. Logo ela, que nunca gostou de cores extravagantes.

No exemplo (65), também se encontra um nome próprio acompanhado por artigo indefinido e uma expansão à direita. Mas os referentes não correspondem nem ao portador do nome próprio, nem a um aspecto dele, e sim a uma produção sua (uma canção). A interpretação que se obtém é metonímica, pois se trata de referência a canções de Noel Rosa, Chico Buarque e Luiz Gonzaga:

(65) Com seu registro agudo, a cearense Lúcia Menezes atira para vários lados: sambas (“Uva de Caminhão”) e modas de viola (“Os Grilos São Astros”, “Viola Cantadora”), **um Noel pouco conhecido** (“Estátua da Paciência”) e **um Chico muito gravado** (“Samba do Grande Amor”), mas predomina o acento nordestino, como nas faixas dos conterrâneos Ednardo (“Terral”) e Belchior (“Os Profissionais”), além de **um Luiz Gonzaga falando do Rio** (“Mangaratiba”) (VIANNA, 2009b).

4.2.6 Outras configurações do sintagma antroponímico

Os antropônimos, da mesma forma que os nomes comuns, podem vir antecedidos, além de artigos, por demonstrativos ou possessivos. Mas, em geral, obtém-se uma leitura que se distancia da univocidade característica do nome próprio. Assim, quando uma mãe, ao se referir ao filho de nome *João Pedro*, produz uma sentença como (66) ou (67), mesmo não existindo outro indivíduo com o mesmo nome, acaba criando um contraste entre o portador do nome próprio e outro possível indivíduo portador do mesmo nome.

(66) **Este João Pedro** não me deixa descansar!

(67) **Meu João Pedro** é muito lindo.

Mas a situação aqui também é mais complexa. Como destaca Kleiber (1991, p. 84), um sintagma com um nome próprio antecedido por um demonstrativo exige observar sempre o contexto para que se identifique quem é o referente. Assim, *este Machado de Assis* pode bem se referir a um estilo ou fase do escritor ou mesmo a uma obra sua, por citar algumas possibilidades. Para Gary-Prieur (1994, p. 210), a construção constitui “um tipo de comentário mínimo de uma situação em que o referente do nome próprio é um objeto de um juízo, favorável

ou desfavorável, do enunciador”¹⁸. Na mesma linha, Fernández Leborans (1999, p. 122) complementa que a interpretação resultante “se baseia em um acontecimento anterior que implica o portador do nome próprio e é acessível na situação de comunicação ou é mencionado no contexto precedente”¹⁹.

Independentemente das polêmicas interpretações propostas para os casos de nome próprio com demonstrativos, especialmente quando se inclui uma entoação particular como em *Este Francisco!* (FERNÁNDEZ LEBORANS, 1999, p. 123), há casos em que o demonstrativo empregado tem valor essencialmente dêitico, como em (68), ou anafórico, como (69). Com certas expansões, obtém-se uma leitura referente a uma fase do referente (70) ou metafórica (71).

(68) Te apresento **esta Renata**, mais uma entre tantas que você conhece.

(69) Ontem você conheceu o Roberto e acho que **esse Roberto** pode te ajudar muito.

(70) **Aquela Gabriela que você conheceu** não é mais a mesma, ela mudou muito.

(71) Quando meu filho está no banho, é sempre assim: **esse Tom Jobim desafinado!**

Com relação aos possessivos, de acordo com Fernández Leborans (1999, p. 123), podem incluir uma relação de compromisso ou proximidade afetiva. Gary-Prieur (1994) assinala, por sua vez, as diferenças entre um possessivo que antecede um nome comum e o possessivo que antecede um nome próprio. Para a autora, no primeiro caso, o possessivo cumpre o papel de restringir a extensão do significado do nome. Assim, *meu irmão* identifica aquele que, entre outros, é o irmão do *eu*. No segundo caso, o possessivo introduz relações intersubjetivas entre o locutor, os outros protagonistas do discurso e o referente do nome próprio.

¹⁸ No original: “une sorte de commentaire minimum d’une situation où le référent du nom propre est l’objet d’un jugement, favorable ou défavorable, de l’énonciateur”.

¹⁹ No original: “se basa en un acontecimiento anterior que implica al portador del NP y es accesible en la situación de comunicación, o se menciona en un contexto precedente”.

Além de artigos, demonstrativos e possessivos, outros itens podem anteceder o antropônimo. É possível encontrar construções como *um certo Otávio* ou *o mesmo Geraldo*. O leitor interessado pode consultar trabalhos específicos sobre tais construções, como Schnedecker (2005) ou Kleiber (2005).

4.3 O FENÔMENO DA AUSÊNCIA/PRESENÇA DE ARTIGO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS

Conforme mencionado na subseção 4.2.2, a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo constitui um caso de variação linguística no português brasileiro contemporâneo. Os antropônimos podem ocorrer sem ou com artigo definido, conforme mostram os exemplos (72) e (73):

(72) Eu sei que **Ø Paulo** não veio aqui ontem.

(73) Eu sei que **o Paulo** não veio aqui ontem²⁰.

Esse fenômeno tem sido bem investigado nos últimos anos. Há estudos com enfoques teóricos diferenciados, como, por exemplo, uma abordagem funcional-discursiva (MOISÉS, 1995), uma perspectiva própria da linguística histórica (CALLOU; SILVA, 1997; COSTA, 1998; MENDES, 2000) ou com foco na aquisição da linguagem (ALENCAR, 2006). No que se refere à perspectiva

²⁰ Uma análise deste fenômeno deve desconsiderar as ocorrências de antropônimos em que não existe variação, como, por exemplo, os casos de: função vocativa (i); nomeinação didática, ou seja, aqueles em que, conforme Lyons (1977) se informa a alguém o nome de outrem (ii); formação de nome comum derivado de nome próprio (iii); uso metonímico (iv); ocorrência com outro determinante incompatível com o artigo (v); interrogativo antecedente (vi); contexto em que, em dados de língua oral, não se permite distinguir a presença ou ausência do artigo em virtude de homofonia (vii). Os exemplos a seguir, retirados de Amaral (2019) e obtidos em Caeté (MG), ilustram esses casos em que não é possível se falar em contexto variável.

(i) *como que é o nome da mina ali... **Fatinha**?*

(ii) *é **Marmota** que ele chamava... (tinha o apelido) de **Marmota***

(iii) *eu cheguei a romper o **tendão de Aquiles**...*

(iv) *ai tem que colocar **Luan Santana** umas música mais animadinha [= música de Luan Santana]*

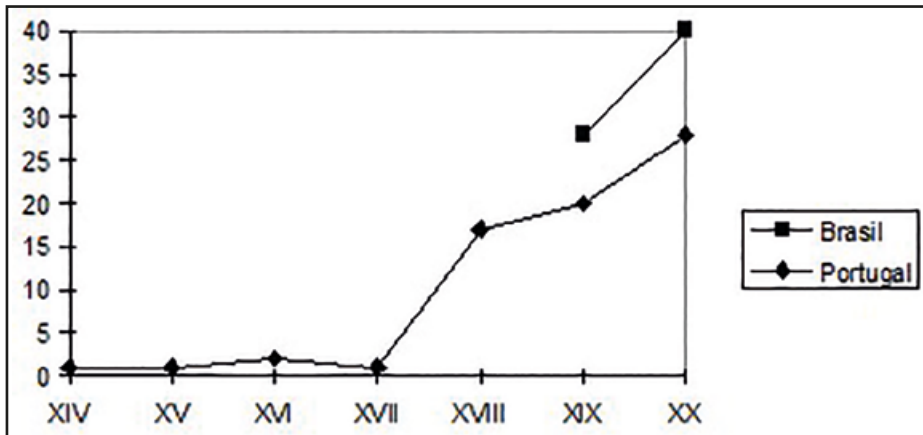
(v) *mais acho que **esse Zezé** agora... ele... acho que ele vai trazer uma melhoria pra Caeté*

(vi) *que **Toninho**?*

(vii) *ai eu liguei pra **Fatinha***

histórica, Callou e Silva (1997) apresentam o resultado de análise diacrônica do uso/não uso do artigo definido antes de possessivos e de antropônimos, com base em *corpora* de língua escrita de Portugal e do Brasil. São analisados textos do português europeu do século XIII até o século XX e do português brasileiro a partir do século XIX²¹. Os resultados das autoras referentes a antropônimos podem ser observados no Gráfico 4.1, que mostra um aumento significativo do uso de artigo diante de antropônimos a partir do século XVII em Portugal. O mesmo gráfico também mostra que, nos dois países, do século XIX para o século XX, houve um aumento do uso do artigo no mesmo contexto:

Gráfico 4.1 – Frequência de uso do artigo diante de antropônimos



Fonte: Callou e Silva (1997, p. 14).

Mendes (2000), por sua vez, investiga a ausência de artigo definido diante de antropônimos no português mineiro de Barra Longa, município situado a 172 km de Belo Horizonte. Os dados utilizados pela autora são de língua pretérita (documentos notariais e eclesiásticos dos séculos XVIII e XIX) e de língua oral do final do século XX (10 entrevistas com pessoas idosas nascidas no município). Entre os resultados obtidos, a autora constata que a comunidade pesquisada reteve uma estrutura da língua pretérita dos séculos XVIII e XIX, isto é, a ausência de artigo diante de nomes próprios de pessoa, empregada por quase 80% dos informantes. Como tal estrutura remonta à língua latina, esse fato corrobora a tese de que o uso do artigo é uma inovação linguística.

²¹ As autoras advertem, porém, que os textos dos séculos anteriores não retratam exatamente o português do Brasil (CALLOU; SILVA, 1997, p. 13).

Mas a grande maioria dos trabalhos sobre o tema apresenta uma abordagem pautada na sociolinguística variacionista, como se verifica em Alves (2008), Amaral (2003; 2007), Braga (2012), Campos Júnior (2011), Faria (2012), Mendes (2009; 2011) e Silva (1996a, 1996b). Nesses estudos, a variação se apresenta condicionada por diferentes fatores. Vejam-se alguns dos principais resultados desses trabalhos.

Com dados sociolinguísticos coletados nos primeiros anos da década de 1980 e constituintes do *Corpus Censo* (Rio de Janeiro), Silva (1996a) investiga a ausência/presença de artigo diante de antropônimos e de possessivos²². Entre os resultados referentes às variáveis personagem de domínio público e familiaridade no tratamento, são observados princípios que a própria autora considera antagônicos. Em primeiro lugar, verifica-se que a familiaridade que o falante supõe que o ouvinte tenha acerca da entidade mencionada faz com que aquele se empenhe em defini-la melhor quando considera que este não compartilha com ele desse conhecimento, ou seja, quando se trata de pessoa não conhecida pelo ouvinte. Então, há um aumento no uso de artigos. Em segundo lugar, a familiaridade que o falante tem acerca da entidade faz com que ele aumente a realização do artigo. Assim, os nomes próprios de entidades familiares recebem mais o artigo que os nomes menos familiares. Esse resultado se alinha com o fator intimidade do falante com o portador do nome próprio, que será comentado adiante.

Callou e Silva (1997) também analisam os mesmos fenômenos sob uma perspectiva sociolinguística, porém com dados de fala de informantes com curso universitário completo pertencentes ao projeto Norma Urbana Culta (Projeto NURC) e obtidos nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife²³. Entre os diferentes fatores favorecedores da realização do artigo, as autoras verificam que a região de origem do informante exerceu favorecimento estatístico dos dados, sendo as capitais mais ao sul as que mais realizam o artigo, conforme ilustra a Tabela 4.1. Callou e Silva relacionam o menor uso do artigo a um maior conservadorismo linguístico: “quanto mais antiga a colonização, menor o percentual de uso do artigo” (CALLOU; SILVA, 1997, p. 22).

²² É necessário observar que, dos dados analisados pela autora, foram eliminados aqueles do tipo *O livro do Pedro está na minha casa*. Segundo Silva (1996a, p. 128), casos como deste exemplo, em que os artigos são precedidos por preposição com a qual podem contrair-se, mostraram-se categóricos, no sentido de favorecerem a presença do artigo. Esse fato, contudo, não é o que ocorre na maioria dos outros trabalhos.

²³ O Projeto NURC, iniciado nos anos 1970, teve o objetivo de estudar a fala culta – utilizada por pessoas com nível superior completo – em centros urbanos, por meio de uma documentação sonora capaz de fornecer dados precisos sobre a nossa língua (PENHA, 1970; PROJETO, s.d.).

Tabela 4.1 – Realização do artigo diante de antropônimos de acordo com a origem geográfica

	Recife	Salvador	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Frequência	12/71	10/24	27/85	20/23	50/63
(%)	(17)	(32)	(43)	(87)	(79)
Peso relativo	0,2	0,3	0,52	0,88	0,81

Fonte: Callou e Silva (1997, p. 22).

Na mesma linha que o trabalho anterior, Campos Júnior (2011) analisa a fala de 20 informantes da cidade de Vitória (ES), estratificados em quatro faixas etárias (7-14 anos; 15-25 anos; 26-49 anos; 50 anos ou mais) e em três níveis de escolaridade (fundamental, médio e universitário). Os resultados do autor apontam que, em termos de percentuais globais de uso do artigo, os capixabas usam menos artigo do que outras regiões do país. De um conjunto de 300 ocorrências, 39 % são produzidas com o artigo, o que coloca Vitória em uma posição intermediária entre Salvador (32%) e Rio de Janeiro (43%). Esse resultado leva o autor a postular que o fenômeno da variação do artigo diante de antropônimo (e também diante de possessivo) constitui uma marca identitária dos capixabas. Entretanto, os resultados encontrados em outras localidades contribuem para delinear um quadro mais heterogêneo do fenômeno ao longo do território nacional, como se mostrará a seguir.

Boa parte dos estudos mais recentes analisa dados de municípios de Minas Gerais, estado em que o fenômeno é bastante observado e inclusive lembrado constantemente pelos falantes quando se fala em variação. Ainda nos anos 1990, Moisés (1995) apresenta os primeiros resultados (embora não com viés sociolinguístico) referentes a Belo Horizonte, e Mendes (2000) analisa dados de falantes de Barra Longa, tal como comentado. Ampliando o alcance dos dados, Amaral (2003) incorpora um contraste dialetológico em sua pesquisa e observa o fenômeno em três localidades: Campanha, no sul de Minas Gerais; Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha e Paracatu, no noroeste do estado. A essas pesquisas, seguem os estudos de Alves (2008), com dados de Barra Longa; o de Mendes (2009), que recolheu dados da fala de Abre Campo e de Matipó; o de Braga (2012), que analisa gravações de Mariana e Uberaba; o de Faria (2012), que investiga o comportamento de artigo antes de antropônimos em Ponte Nova; e o de Amaral (2019), que apresenta resultados referentes a Caeté (veja Mapa 4.1).

Os critérios metodológicos empregados pelos autores para a classificação dos dados apresentam diferenças, o que dificulta a comparação entre as pesquisas. Com efeito, Naro e Scherre (2008, p. 174) destacam que a comparação entre pesquisas sociolinguísticas diferentes requer bastante cautela²⁴. De qualquer modo, considerando os valores absolutos referentes à ausência e à presença de artigo diante de antropônimos, é possível chegar a conclusões interessantes. A Tabela 4.2 mostra que há localidades em que a presença do artigo no contexto examinado predomina, enquanto, em outras, é escassa. Esse fato é o que corrobora a afirmação acima de que o fenômeno é bem variável ao longo do espaço geográfico.

Tabela 4.2 – Porcentagem de realização do artigo diante de antropônimos em diferentes localidades de Minas Gerais

Localidade	Porcentagem da presença do artigo
Abre Campo (MENDES, 2009; 2011)	48%
Barra Longa (ALVES, 2008)	15%
Belo Horizonte (MOISÉS, 1995)	62%
Caeté (AMARAL, 2019)	23%
Campanha (AMARAL, 2003)	76%
Mariana (BRAGA, 2012)	36%
Matipó (MENDES, 2009; 2011)	83%
Minas Novas (AMARAL, 2003)	38%
Paracatu (AMARAL, 2003)	47%
Ponte Nova (FARIA, 2012)	16%
Uberaba (BRAGA, 2012)	82%

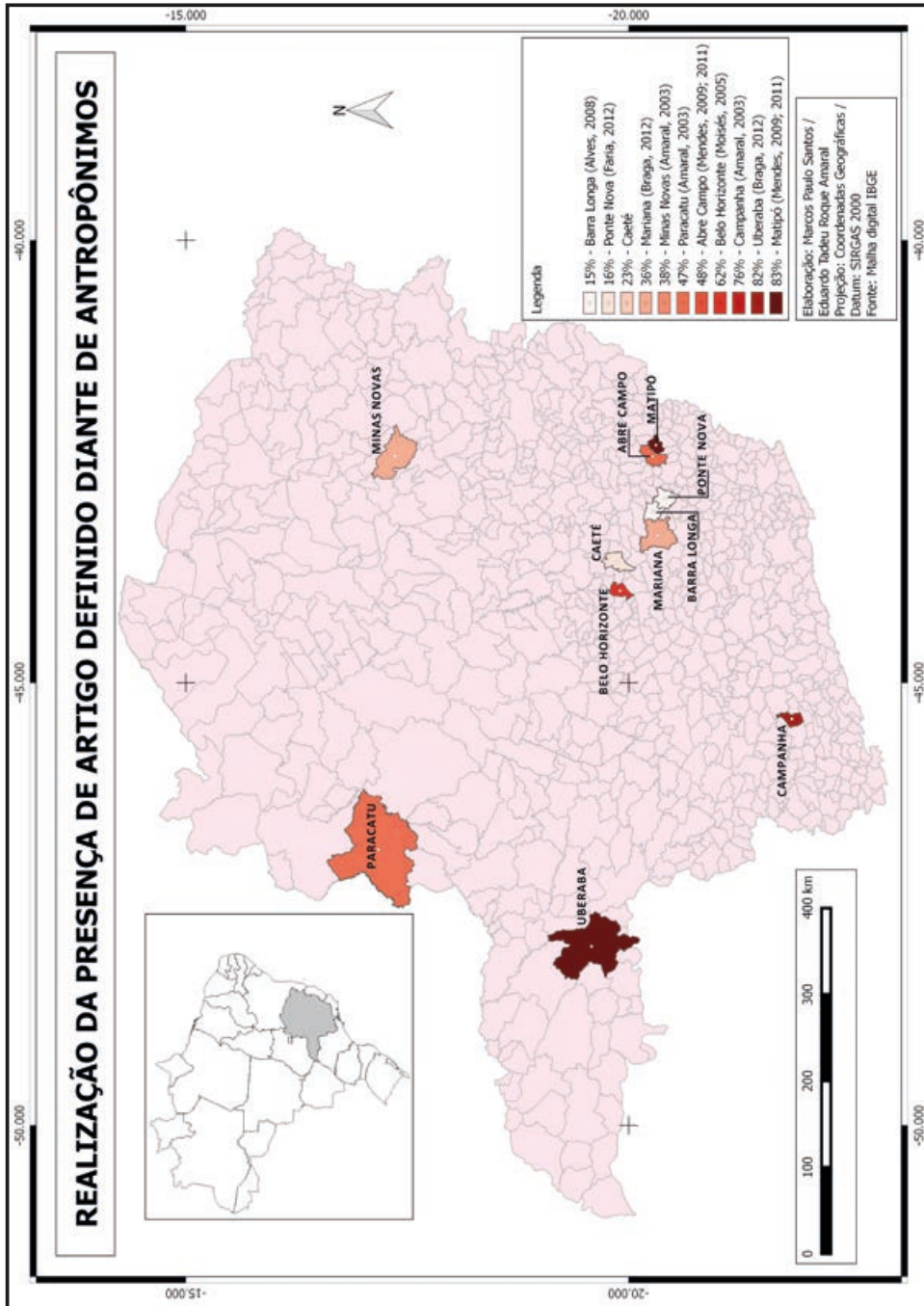
O resultado acima, se visualizado em um mapa do estado (Mapa 4.1), permite concluir que o fenômeno não parece se distribuir em áreas dialetais, o que já havia sido sinalizado por Amaral (2003) ao comparar o resultado de três localidades com os falares identificados pelo dialetólogo Mário Zágari

²⁴ De acordo com os autores: “É necessário que se observe se as duas [ou mais] pesquisas estão tratando de dados da mesma natureza, se estão considerando as mesmas variáveis ou se introduziram variáveis novas e se estão usando, na medida em que isto é possível, os mesmos critérios de análise” (NARO; SCHERRE, 2008, p. 174).

(ZÁGARI, 1998)²⁵. Se comparados os fatores linguísticos e extralinguísticos que influenciam a realização de uma ou outra variante (ausência ou presença de artigo antes de antropônimo) também se verifica que não há homogeneidade entre os resultados. De qualquer modo, é interessante destacar que, com os resultados estatísticos alcançados pelos estudos citados, o fator que exerce influência em boa parte dos trabalhos é a intimidade que o falante tem com o portador do nome próprio. Este fator apresentou relevância estatística em Campanha e Minas Novas (AMARAL, 2003), Barra Longa (ALVES, 2008), Abre Campo e Matipó (MENDES, 2009). Esse resultado mostra que uma relação social que existe entre indivíduos interfere na gramática da língua, especialmente na hora de utilizar um elemento com uma importância pessoal tão grande como é o nome próprio.

²⁵ O autor, com base em critérios especialmente fônicos e lexicais, apresenta uma proposta de divisão de Minas Gerais em três falares, que, *grosso modo*, correspondem com as regiões entre parênteses: baiano (Noroeste, Jequitinhonha e parte do Vale do Rio Doce); paulista (Triângulo Mineiro, Sul de Minas e parte do Alto São Francisco); mineiro (Metalúrgica, Campo das Vertentes e Zona da Mata).

Mapa 4.1 – Realização da presença de artigo definido diante de antropônimos em diferentes localidades de Minas Gerais



Fonte: Amaral (2019, p. 72).

Além do fator intimidade do falante com o portador do nome próprio, é interessante observar o perfil das localidades em que há um elevado índice da ausência de artigo (acima de 60%), como Barra Longa, Caeté, Mariana, Minas Novas e Ponte Nova. Esse resultado parece se explicar pela antiguidade da localidade (todas têm histórico de povoamento que remonta ao período colonial) e pela pouca influência linguística de grandes centros em que predomina a presença do artigo, no caso, uma capital como Belo Horizonte ou São Paulo, em que predominam as formas com artigo.

Os fatores acima demonstram que o fenômeno da variação da ausência/presença de artigo antes de antropônimos no português brasileiro sofre influência de diferentes fatores, sejam eles linguísticos, sejam extralinguísticos. Embora o fenômeno tenha sido foco de vários estudos, desconhece-se como se dá em muitas partes do país. Por isso, acredita-se que futuras pesquisas poderão contribuir para a elaboração de um mapa mais amplo do tema ao longo do território brasileiro. Em regiões fronteiriças com o espanhol, seria possível verificar em que medida o contato linguístico influencia a norma de um ou de outro idioma.

4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

No Quadro 4.3, apresentamos uma síntese do conteúdo deste capítulo.

Quadro 4.3 – Síntese do capítulo 4

1. Há inexistência de padronização da grafia dos antropônimos e consequente diversidade de formas para nomes com uma mesma origem.
2. Na antroponímia brasileira, encontram-se antropônimos que seguem a distinção de gênero gramatical (masculino X feminino), mas, além disso, há casos de nomes exclusivamente atribuídos a homens, outros exclusivamente atribuídos a mulheres e outros atribuídos a ambos.
3. Por meio de processos de derivação sufixal, acronímia, justaposição, aglutinação, inversão de letras e abreviação, novos antropônimos são criados. Por meio especialmente da sufixação, os antropônimos permitem a criação frequente de substantivos, adjetivos e verbos.
4. Nos usos denominativo e vocativo, os antropônimos são usados sem artigo. No vocativo, eventualmente, pode aparecer um demonstrativo ou possessivo.
5. O antropônimo, ao ser pluralizado ou receber outros elementos no sintagma antroponímico, tende a perder características próprias de nome próprio. A análise, porém, deve ser feita levando-se em conta elementos contextuais.
6. A ausência ou presença de artigo antes de antropônimo é um fenômeno bem variável no português brasileiro, sobre o qual influenciam fatores linguísticos e extralinguísticos.

